

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Trégua comercial.....	2
Título: 'É uma esperança de que o bom senso volte a prevalecer'	4
Título: Sinais invertidos	5
Título: Montadoras dos EUA veem lucro menor por sobretaxas de aço e alumínio	6
Título: Parada em plataforma deve ter impacto na conta de luz	7
Título: Lucro da Vale sobe 410% no 2º trimestre	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: Manutenção em unidades da Petrobras aciona térmicas caras.....	11
Título: Sindicatos tentam barrar leilão da Eletrobras desta quinta	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	13
Título: Arrecadação se manteve, apesar da greve	13
Título: Indústria siderúrgica brasileira reduz projeções para 2018	14
Título: Governo monta força-tarefa para leilão	15
Título: Lucro da Vale sobe 5 vezes no trimestre, mas registra efeito negativo do câmbio	16
Título: Aneel critica parada de plataforma da Petrobrás.....	18
VEÍCULO: Valor Econômico	19
Título: Petrobras reduz gás e térmicas param na seca	19
Título: Em meio a batalha judicial, distribuidora de energia do Piauí vai a leilão hoje na B3	21
Título: ANP espera pedidos de revisão para conteúdo local	23
Título: Agência irá criar regra para definição de preços	25
Título: TCU multa direção da Antaq e determina mudança de tarifa	26
Título: Vale fará recompra de ações de US\$ 1 bi no prazo de um ano	27

Título: Mineradora tem lucro 181% maior no trimestre	29
Título: Destaques	29
Título: Após aquisição de fatia na Celesc, EDP investirá em seus ativos e transmissão	31
Título: Protecionismo e economia fraca cortam projeções do aço	32
Título: Carf mantém maior parte de atuação da Petrobras.....	34

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Trégua comercial

Estados Unidos e UE fecham acordo para suspender novas taxas e discutir tarifas em geral

WASHINGTON, BERLIM, RIO E SÃO PAULO - Estados Unidos e União Europeia (UE) chegaram ontem a uma trégua na guerra comercial deflagrada pelo presidente Donald Trump ao impor sobretaxas de 25% e 10% ao aço e alumínio importados. Após reunião entre Trump e o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, em Washington, foi anunciado um acordo, pelo qual fica suspensa a aplicação de novas tarifas enquanto os dois lados negociam questões comerciais. Também foi acertado que a UE vai ampliar suas compras de soja e gás natural liquefeito dos EUA. Os dois lados também concordaram em discutir a redução de barreiras ao comércio de serviços e produtos químicos, farmacêuticos e médicos. E ainda disseram que vão cooperar para reformar as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). — Enquanto estivermos negociando, a menos que uma parte interrompa as negociações, vamos segurar novas tarifas — afirmou o presidente da Comissão Europeia.

— E vamos reavaliar as tarifas existentes sobre aço e alumínio. Juncker explicou que, enquanto durarem essas conversas, nenhum dos lados aplicará novas tarifas, nem mesmo as de 25% sobre automóveis europeus que Trump havia ameaçado. A possibilidade de impostos maiores a veículos e autopeças preocupava especialmente a Alemanha, cuja economia é fortemente dependente da indústria automotiva. Para analistas, o anúncio pode ter reflexo positivo no Brasil, ao reduzir a percepção de risco no mercado internacional. Mas o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, teme que um acordo entre americanos e europeus dificulte a negociação entre Mercosul e UE. Para Castro, o Brasil corre o risco de se isolar comercialmente no mundo: — A curto prazo, essa trégua entre americanos e europeus é boa, porque esfria a guerra comercial, enfraquece a posição da China e evita a continuidade da queda dos preços das commodities. Porém, a médio e longo prazos, atrapalha o acordo entre Mercosul e União Europeia.

ALEMANHA MANTÉM CETICISMO

Trump afirmou ter concordado em “resolver” tarifas americanas existentes sobre o aço e o alumínio. Juncker, por sua vez, prometeu rever as taxas retaliatórias europeias contra produtos americanos como motos, bourbon e outros. Os dois líderes não citaram especificamente carros em seus comunicados, mantendo o foco em outros itens industriais. Sem a menção, Eric Schweitzer, presidente da Câmara Alemã de Indústria e Comércio, elogiou as soluções, mas disse que “uma significativa porção de ceticismo permanece”. — Concordamos hoje, primeiro de tudo, em trabalhar juntos em direção a zero tarifas, a zero barreiras não tarifárias, e zero subsídios a bens industriais não automotivos — contou Trump a repórteres na Casa Branca. Nem o republicano nem o presidente da Comissão Europeia responderam a perguntas de jornalistas após o anúncio. Já o senador republicano Rob Portman, de Ohio, disse aplaudir as medidas, que baixam as tensões sobre as tarifas.

— Estou contente. Acredito que isso vai ajudar a diluir parte das preocupações, não apenas entre os fazendeiros, mas na nossa economia em geral — observou o senador. — É um primeiro passo. Ainda temos de definir os detalhes. A diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, disse, em comunicado, estar “contente” com o acordo entre EUA e UE para reduzir barreiras comerciais “e, junto de outros parceiros, fortalecer a OMC”. Mas Carlos Langoni, ex-presidente do Banco Central brasileiro e diretor do Centro de Economia Mundial da FGV, teme haver um retrocesso. — Trump está, de certa maneira, enfraquecendo o multilateralismo e colocando como prioridade os acordos bilaterais — afirmou Langoni.

— O multilateralismo, inclusive para países como o Brasil, dá poder de barganha maior. Sentar com os EUA é diferente de negociar com EUA via um acordo

multilateral que envolve 180 países. É um grande retrocesso fragilizar a OMC. A trégua pode se mostrar de curta duração se os dois lados não conseguirem resolver suas diferenças a respeito do comércio de carros e autopeças. Em maio, Trump abandonou as tentativas de um acordo com a China a poucos dias do anúncio dos termos finais e, pouco depois, anunciou tarifas maiores. — Eles venderam isso (o acordo com a UE) como algo muito positivo. Mas, para mim, o anúncio não é grande, por ora, porque é um tipo de semitrégua — disse à agência Bloomberg Marie Kasperek, diretora associada do programa de negócios e economia do Atlantic Council, lembrando que as tarifas sobre aço e alumínio continuam valendo.

NO BRASIL, DÓLAR CAI A R\$ 3,70

Algumas horas antes do encontro, o diretor-geral da OMC, Roberto Azevêdo, defendeu que a guerra comercial seja encerrada por um acordo político entre líderes mundiais, porque continuar no atual caminho apenas prejudicará a economia global: — Claramente o governo (dos EUA) tem suas próprias visões sobre como alcançar isso, e eu suponho que haverá um debate doméstico e, em algum momento, eles entenderão isso. Na véspera do encontro entre Trump e Juncker, a comissária de Comércio da UE, Cecilia Malmström, disse que o bloco preparava uma lista de US\$ 20 bilhões de produtos americanos para cobrar sobretaxas caso Washington impusesse tarifas de 25% aos veículos europeus. No mercado brasileiro, mesmo antes do anúncio, um cenário externo de menor aversão ao risco e o início da temporada de balanços de empresas fizeram a Bolsa de São Paulo recuperar o patamar dos 80 mil pontos. O Ibovespa subiu 1,34%, aos 80.281 pontos. Já o dólar caiu 1,14%, a R\$ 3,703.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Marcello Corrêa

Título: 'É uma esperança de que o bom senso volte a prevalecer'

Corpo a corpo - CARLOS LANGONI

No Brasil, anúncio interromperá valorização do dólar, diz ex-presidente do BC e diretor de Centro de Economia Mundial da FGV

O acordo alivia as tensões da guerra comercial?

Alivia um pouco. Se o conflito se limitar à China, o impacto é menor, mas ainda grave. É uma esperança de que o bom senso volte a prevalecer. Mas Trump é muito imprevisível.

Quais são os impactos mais imediatos para o Brasil?

No mercado, o anúncio vai ser muito bem recebido, o que ajuda o Brasil de forma indireta, reforçando essa tendência de interromper a valorização excessiva do dólar. Em relação ao comércio, torna ainda mais fácil e urgente um acordo com a União Europeia. Se os EUA estão dizendo que é importante um acordo, por que não o Mercosul dar o exemplo, já que estamos negociando há anos?

Como avalia a estratégia de negociação de Trump?

É mais uma jogada imprevisível dele. Primeiro, ameaça, e, na hora H, propõe algo que faz todo o sentido, o livre comércio entre EUA e União Europeia. Quando ele ameaçou impor tarifas sobre automóveis, que usam peças fabricadas em várias partes do mundo, estaria dando um tiro no coração da globalização. A gente percebe agora que era só uma retórica para negociar a redução de barreiras de forma muito mais ampla. É uma estratégia parecida com a usada no plano geopolítico, com a Coreia do Norte.

Essa tática de ameaça pode funcionar com a China?

A China é uma pedreira. Não vai ceder tão facilmente. Além disso, não se podem separar negociações comerciais de aspectos geopolíticos. A solução para a Coreia do Norte depende fundamentalmente do apoio da China. Trump deve ser muito cauteloso. Mas, se aumentar a dosagem (das tarifas), é possível que a China proponha algum acordo e anuncie alguns ajustes (em relação aos casos de uso de propriedade intelectual questionados pelos EUA).

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Sinais invertidos

Opinião :

ENQUANTO A Casa Branca de Trump continua numa trajetória preocupante para o mundo, a China se firma como referencial de sensatez. Impensável tempos atrás.

TRUMP DOBRA a aposta no protecionismo, agora distribuindo bilhões a agricultores retaliados pelos chineses, para que seu governo possa continuar taxando importações sem se preocupar com a resposta — uma insanidade.

ENQUANTO ISSO, Pequim adota políticas de incentivos para manter a economia em crescimento. Sob aplausos gerais.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Montadoras dos EUA veem lucro menor por sobretaxas de aço e alumínio

Fiat Chrysler, General Motors e Ford reduzem suas projeções para o ano

NOVA YORK - As tarifas impostas pelos Estados Unidos ao aço e alumínio importados foram um dos fatores que levaram a General Motors e a Fiat Chrysler Automobiles (FCA) a reduzirem suas previsões para os ganhos deste ano. A medida derrubou as ações das montadoras ontem, com os investidores temendo que a escalada nas disputas comerciais possa prejudicar margens de lucro e vendas. A GM citou os custos mais altos do aço e do alumínio, como resultado das tarifas adotadas pelo governo Donald Trump, para reduzir sua previsão de lucro em 2018. Seus papéis fecharam em queda de 4,64%, tendo perdido 7% pela manhã. No caso da Fiat, a demanda chinesa caiu no trimestre antes de uma redução das taxas de importação de automóveis anunciada para julho, o que resultou em maior gasto com incentivos e um aumento nos estoques de carros não vendidos.

As ações do grupo FCA negociadas em Nova York desabaram 11,83%. O novo diretor executivo da FCA, Mike Manley, explicou que consumidores chineses “muito, muito conscientes” decidiram esperar os preços recuarem. Ele alertou que os efeitos desse adiamento das compras continuará a afetar os resultados, já que será preciso zerar os estoques devido a mudanças nas regras de emissões de poluentes. Já o diretor financeiro da GM, Chuck Stevens, disse que a companhia apresentou um “desempenho sólido” no segundo trimestre, “apesar de alguns contratemplos bastante significativos ao longo do ano”. A analistas, Stevens disse que a GM vai compensar parcialmente o impacto do aço e do alumínio negociando reduções de preços com fornecedores, aumentando os valores de modelos mais populares e reduzindo custos.

Depois do fechamento dos mercados, a Ford também reduziu suas projeções para o ano em função de queda nas vendas, tarifas na China e dificuldades na Europa. Segundo a montadora, as sobretaxas de Trump — principalmente sobre aço e alumínio — devem custar US\$ 1,6 bilhão à empresa na América do Norte em 2018. As ações caíram 2,1% no after-market. Pesou ainda a divulgação do resultado da Ford no segundo trimestre. O lucro líquido caiu quase à metade, ficando abaixo das expectativas de analistas, em função de um incêndio em um

fornecedor que comprometeu a fabricação de suas populares picapes, enquanto vendas em queda e a guerra comercial comprometeram os negócios da montadora na China. No país, as vendas recuam 22% este ano.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura, Ramona Ordoñez E Bruno Rosa

Título: Parada em plataforma deve ter impacto na conta de luz

Sem gás, termelétricas precisariam recorrer a combustível mais caro

A decisão da Petrobras de fazer uma parada programada para manutenção na plataforma de Mexilhão, no pré-sal da Bacia de Santos, deve ter impacto na conta de luz do brasileiro, segundo especialistas. A plataforma, que ficará paralisada até 8 de setembro, produz gás destinado a usinas termelétricas no Sudeste e no Nordeste. O episódio deixou em alerta a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Sem combustível, sete usinas devem ficar paradas até meados de setembro. Em ofício encaminhado ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a agência questionou a decisão e pediu ao órgão para avaliar a possibilidade de reprogramação ou reescalonamento das atividades nas usinas por se tratar de período de seca. Para suprir os 15 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural de Mexilhão, a estatal vai aumentar a oferta de gás natural liquefeito (GNL) importado em 20 milhões de metros cúbicos por dia.

Neste cenário, as alternativas seriam usar gás importado, mais caro, ou recorrer a usinas movidas a outras fontes, como diesel, que também têm preço mais elevado. Em documento, a Aneel critica a parada da plataforma. “Essa condição sugere que, sob a ótica do setor elétrico, o momento escolhido para a parada não tenha sido o mais adequado, visto que o sistema demanda a geração térmica para preservar água nos reservatórios até a chegada do próximo período úmido”, diz o ofício assinado pelo superintendente de regulação dos serviços de geração da Aneel, Christiano Vieira da Silva. O professor Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), do Instituto de Economia da URFJ, acredita que a substituição do gás produzido pela Bacia de Santos pelo GNL importado por 45 dias vai gerar um aumento no preço das tarifas:

— O ponto central é que o GNL importado é muito mais caro que o produzido no Brasil. Isso vai trazer aumento nas tarifas. O impacto, no entanto, não será imediato, pois esse custo só será repassado durante a revisão anual do reajuste tarifário. A curto prazo, é a bandeira tarifária que vai cobrir esse custo maior — afirma Castro, que avalia que o consumidor vai continuar a pagar a tarifa extra na conta de luz, a bandeira vermelha patamar 2, que gera custo de R\$ 5 a cada

100 quilowatts-hora (kWh) consumidos, até o mês de novembro, quando acaba o período seco.

INSPEÇÕES OBRIGATÓRIAS DE SEGURANÇA

O consultor Fernando Umbria, da LPS Consultoria, disse que o momento é “crítico” para que a manutenção ocorra: — O problema é que já é preciso operar com usinas mais caras, o custo está alto. Dados do ONS indicam que o nível dos reservatórios das regiões Sudeste e Centro- Oeste chegou a 35,69%, menor que os 39,46% de um ano atrás. No caso do Nordeste, as usinas chegaram a 35,61%, maior que os 15,56% do ano passado. Em nota, o Operador Nacional do sistema Elétrico (ONS) informou que a parada da plataforma de Mexilhão não traz qualquer risco para o abastecimento de energia do país.

Segundo o ONS, durante a paralisação da plataforma, será feita manutenção também em seis termelétricas, mas não ao mesmo tempo. A Petrobras explicou que, além das obras de infraestrutura e da manutenção na plataforma, a parada da unidade servirá para atender a inspeções obrigatórias de segurança previstas pelo Ministério do Trabalho. A Petrobras informou que apresentou as ações que serão adotadas às distribuidoras de gás. A estatal destacou que o cronograma de parada das termelétricas foi “discutido e articulado” com o ONS.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Danielle Nogueira

Título: Lucro da Vale sobe 410% no 2º trimestre

Empresa vai pagar parcela de US\$ 2 bi a acionistas, a maior desde 2014

A Vale apresentou lucro líquido de R\$ 306 milhões no segundo trimestre, 410% maior que em igual período do ano passado, quando a companhia obteve ganho de apenas R\$ 60 milhões. O salto está relacionado ao recorde de vendas e aos prêmios pagos pela elevada qualidade do minério da companhia. Em relação ao primeiro trimestre, os ganhos despencaram. Entre janeiro e março de 2018, o lucro líquido fora de R\$ 5,1 bilhões. A desvalorização de 16% do real no segundo trimestre foi um dos fatores que mais pesaram negativamente no resultado. Isso porque cerca de 90% da dívida da empresa são atreladas à moeda americana. O dólar mais forte, portanto, aumenta o endividamento, impactando o lucro líquido. Segundo a Vale, a depreciação do real reduziu o lucro líquido em R\$ 7,3 bilhões.

Outro fator que afetou os ganhos entre abril e junho de 2018 foi o aumento em R\$ 1,5 bilhão na provisão (reserva para eventuais perdas futuras) para o

acidente da Samarco. O lucro recorrente, aquele que exclui os itens que não afetam o caixa da empresa — como câmbio e provisões —, foi de R\$ 7,6 bilhões, ante R\$ 5,8 bilhões no primeiro trimestre. Segundo a Vale, o aumento deveu-se, principalmente, ao impacto positivo do imposto de renda (R\$ 1,2 bilhão) no lucro líquido referente à remuneração ao acionista paga como juros sobre capital próprio. Em relação ao segundo trimestre de 2017, o lucro líquido recorrente subiu 144%.

Flutuações no câmbio sempre afetam a Vale, mas o efeito é contábil: tem impacto sobre o lucro líquido, porém não sobre o caixa. Devido à grande volatilidade do câmbio e sua importância no cálculo do lucro líquido, os analistas têm evitado fazer projeções para esse indicador. Preferem olhar para a geração de caixa, que reflete o desempenho operacional da companhia. No primeiro trimestre, ela alcançou R\$ 14,2 bilhões, 60,6% maior que em igual período de 2017. — Operacionalmente, o resultado da Vale foi melhor, com recorde de vendas e prêmios pagos pelos clientes. A receita com metais básicos também surpreendeu positivamente — disse Luiz Caetano, analista da Planner.

US\$ 1 BI EM RECOMPRA DE AÇÕES

A dívida líquida foi reduzida para US\$ 11,5 bilhões no segundo trimestre, o menor patamar desde o segundo trimestre de 2011. A Vale também anunciou a primeira parcela da remuneração aos acionistas dentro da nova política implementada este ano. O valor de US\$ 2 bilhões (incluindo dividendos e juros sobre capital próprio) será pago em 20 de setembro. É a maior remuneração de um semestre desde 2014. A empresa também anunciou um programa de recompra de ações de até US\$ 1 bilhão. Para Caetano, a iniciativa vai pressionar o preço da ação para cima. Ontem, a ação ordinária (com voto) subiu 0,85%, a R\$ 51,57.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Tais Hirata

Título: Brasil amplia receita com exportação de aço

As restrições impostas pelos EUA ao aço brasileiro não deverão derrubar o faturamento do setor com exportações neste ano graças ao aumento dos preços, tanto no mercado interno quanto no internacional.

A projeção é de uma alta de 18,3% na receita com as vendas para fora do país. Já em volume, a previsão é uma queda de 0,6%, segundo o Instituto Aço Brasil, associação que representa as companhias do setor.

As exportações para os americanos, no entanto, deverão terminar com uma retração maior por causa das barreiras impostas pelo governo Donald Trump. No caso do aço semiacabado, que representa 80% das vendas para os EUA, a queda deverá ser de 7,7% em relação ao volume vendido em 2017.

Já outros produtos serão mais impactados — para alguns, a redução chega a 60%, segundo Marco Polo de Mello Lopes, presidente-executivo da associação do setor.

O Brasil, ao lado de Argentina e Coreia do Sul, foi um dos poucos países a escapar da tarifa de 25% sobre as importações de aço e se enquadrar em um regime de cotas.

No caso brasileiro, as vendas de semiacabados terão como limite a média das vendas nos últimos três anos (entre 2015 e 2017). Para outros produtos de aço, o teto será menor: foi aplicado um redutor de 30% sobre essa média. “Dependendo do produto há peculiaridades. Para tubos, por exemplo, a cota já foi esgotada. Para os semiacabados, ainda não se atingiu a cota global”, afirma Lopes.

Em junho, mês em que as restrições passaram a valer, o Brasil chegou a aumentar suas vendas para os EUA, conforme mostrou a Folha. Para Lopes, essa alta foi fruto da paralisação dos caminhoneiros em maio, que segurou grande parte das exportações no mês.

Um empresário do ramo siderúrgico, no entanto, havia dito que as empresas estavam tentando acelerar suas vendas enquanto ainda havia cotas, para tentar aproveitar a temporada de preços elevados.

Por enquanto, os limites das cotas estão por conta das próprias empresas, sem um controle central dessas vendas, diz Lopes.

“As exportações estão sendo feitas de forma voluntária, cada empresa respeitando o limite. Não é o melhor sistema. Estamos estudando como tratar de algumas especificidades.” Em relação às medidas protecionistas estudadas pela União Europeia ao aço, o governo ainda está em conversas com o bloco, diz ele. O impacto, porém, tende a ser menor. “A gama de produtos [brasileiros] penalizados é menor.” Ainda que a previsão de receita com exportações se mantenha alta neste ano, o setor revisou para baixo suas previsões nos últimos meses.

Em abril, quando as tarifas americanas já haviam sido anunciadas, mas ainda havia incerteza em relação ao tema, a previsão era ampliar em 27,7% o faturamento com as exportações.

No primeiro semestre deste ano, o volume de exportações caiu em volume (-5,7%), mas, em valor, subiu 16%. As vendas internas subiram 9,9%, e a produção cresceu 2,9%.

Para Lopes, porém, é preciso relativizar essas taxas positivas, porque a base de comparação, do primeiro semestre do ano passado, é muito baixa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Manutenção em unidades da Petrobras aciona térmicas caras

Manutenções programadas em uma plataforma e em termelétricas a gás da Petrobras entre esta semana e meados de setembro deverão exigir no período um maior acionamento de térmicas a óleo, mais caras e poluentes, para atender à demanda por energia em meio à falta de chuvas nas hidrelétricas, segundo informações de autoridades e especialistas.

Os efeitos da parada nas usinas da estatal chegaram a acender um alerta na Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), que até mesmo questionou nesta semana o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) sobre a possibilidade de reprogramação ou reescalonamento, mesmo que em caráter parcial, nas atividades de manutenção.

Isso porque o acionamento dessas térmicas resultará em custos adicionais para as distribuidoras de energia, que em algum momento chegarão aos bolsos dos consumidores.

Segundo o documento da Aneel ao ONS, uma operação de manutenção na plataforma de Mexilhão até o início de setembro reduzirá a oferta de gás para o Sudeste e o Nordeste, e a Petrobras aproveitará para realizar reparos em térmicas.

“Ocorre que a referida manutenção foi programada para o período seco. Essa condição sugere que, sob a ótica do setor elétrico, o momento escolhido para a parada não tenha sido o mais adequado, visto que o sistema demanda a geração térmica para preservar água nos reservatórios”, argumentou a agência. As hidrelétricas são a principal fonte de energia do Brasil, mas após o final do período de chuvas, que vai até abril, é normal o acionamento de térmicas para complementar o atendimento à demanda, o que acontece em ordem crescente, das com menor custo até as mais caras, que são as unidades a óleo e diesel.

Atualmente, estão acionadas usinas a gás e carvão, e apenas uma térmica a óleo, a UTE Bahia I, mas especialistas avaliam que mais unidades a óleo deverão ser despachadas no próximo mês, com o início da parada nos empreendimentos da Petrobras.

Procurado, o ONS defendeu que as paradas para manutenção não trazem “qualquer risco para a operação do sistema elétrico” e que as usinas paradas “serão substituídas por outras fontes de geração disponíveis.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Sindicatos tentam barrar leilão da Eletrobras desta quinta

Às vésperas do leilão da Cepisa, distribuidora de energia do Piauí, cinco ações judiciais movidas por sindicatos tentam barrar a venda da companhia da Eletrobras, prevista para ocorrer nesta quinta-feira (26), em São Paulo.

Além dela, a estatal pretende privatizar outras cinco distribuidoras no Norte e Nordeste do país, em leilão marcado para o dia 30 de agosto.

A primeira ação é uma reclamação no STF (Supremo Tribunal Federal) pedindo a aplicação da decisão do ministro Ricardo Lewandowski, que proibiu a privatização de estatais sem uma prévia autorização do Poder Legislativo.

A segunda ação, na Justiça do Rio questiona o fatiamento do leilão, que inicialmente seria realizado com as seis distribuidoras simultaneamente. Em meio às disputas judiciais em torno da venda, o governo decidiu adiantar o leilão da Cepisa, do Piauí.

A terceira ação é um recurso de um processo já em andamento, na Justiça do Trabalho, para barrar o leilão sob a alegação de que não foram feitos estudos de impacto trabalhista da venda.

O quarto processo é um recurso na ação que apontava uma irregularidade na assembleia da Cepisa que autorizou o leilão: um dos representantes que assinou a ata estava na lista de passageiros de um voo para o Rio, levantando suspeita.

A ação chegou a suspender o leilão, mas a liminar foi cassada após a Eletrobras apresentar uma nova ata, com horário diferente.

Há ainda uma quinta ação: um pedido à justiça do Piauí também questionando essa nova ata, que não fora devidamente registrada na Junta Comercial.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Arrecadação se manteve, apesar da greve

A arrecadação de tributos federais caiu menos, em junho, do que se poderia supor ante o impacto da greve dos transportadores sobre a economia em geral e sobre a indústria e o comércio, em particular. Dada a defasagem entre os fatos geradores (como as vendas) e o recolhimento efetivo dos tributos, é possível que a receita federal de julho ainda sofra algum impacto decorrente da paralisação, mas parece provável que a arrecadação tenda a se manter apesar dos fatores negativos verificados entre o final de maio e o início de junho.

A arrecadação federal atingiu R\$ 110,8 bilhões em junho e R\$ 725,4 bilhões no primeiro semestre, com crescimentos reais de 2,01% e de 6,88%, respectivamente, em relação a iguais períodos do ano passado. No boletim de Análise da Arrecadação das Receitas Federais de junho, a Receita deu ênfase ao fato de que só houve aumento real em decorrência de arrecadações não recorrentes (que não se repetirão): o programa de regularização tributária propiciou receita de R\$ 13,5 bilhões no primeiro semestre (+280,4% em relação a igual período de 2017) e o Pis-Cofins sobre combustíveis gerou R\$ 15,3 bilhões, aumento de 113,35% comparativamente a 2017.

Além disso, a desvalorização do real ajudou a engordar tanto o Imposto sobre Importação como a receita de royalties sobre o petróleo, também influenciada pela alta das cotações do óleo bruto no mercado global. Sem os fatores não recorrentes, haveria decréscimo real de 0,5% na receita de junho e de 3,37% no primeiro semestre. Está em curso, no entanto, uma tendência de diminuição do ritmo de aumento real da arrecadação administrada pela Receita Federal do Brasil, que se aproximou dos 10% entre os primeiros bimestres de 2017 e de 2018, caindo para menos de 8% até março e para pouco mais de 6% até junho.

A arrecadação tem peso decisivo para o cumprimento da meta fiscal do setor público consolidado, que prevê déficit primário não superior a R\$ 159 bilhões em 2018. Analistas como a economista Vilma Pinto, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), estimam que a meta deverá ser cumprida "sem folga". Além disso, como a arrecadação é dependente da

indústria, que recolhe, proporcionalmente, mais tributos do que outros segmentos, a perspectiva para a receita é mais favorável, diz Vilma.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Guimarães

Título: Indústria siderúrgica brasileira reduz projeções para 2018

Instituto Aço Brasil diz que não há movimento no País para proteger mercado, ao contrário do resto do mundo

Em um momento em que o mundo amplia o seu protecionismo, o Brasil anda na contramão e não se movimenta no sentido de proteger o seu mercado interno, afirmou o presidente da Usiminas e vice-presidente do Conselho Diretor do Instituto Aço Brasil (IABr), Sergio Leite. O executivo assumirá no próximo mês a presidência do conselho diretor da entidade, no lugar de Alexandre Lyra, que é presidente da Vallourec. "Nós somos contra o protecionismo, defendemos a isonomia, mas questionamos se o Brasil poderá desejar ser liberal em um mundo protecionista", disse Leite.

O IABr revisou para baixo ontem suas estimativas para o setor para este ano, por causa do protecionismo global e também dos efeitos da greve dos caminhoneiros, no fim de maio. Para o executivo, a indústria brasileira não é uma prioridade do governo. "O cenário que a indústria vive é de perda de participação. A participação no PIB registra uma queda gradativa. O Aço Brasil tem estimulado o debate em torno dessa questão."

O presidente executivo do IABr, Marco Polo de Mello Lopes, disse que o assunto tem sido levado às equipes econômicas dos candidatos à Presidência. Segundo ele, com exceção dos programas de Ciro Gomes e Marina Silva, o restante tem consenso em questões que devem ser endereçadas, como as reformas da Previdência e trabalhista e privatizações.

Estimativas. O IABr reduziu suas estimativas para o ano, depois de uma série de impactos, como os provocados pela greve dos caminhoneiros. A entidade acredita que a produção de aço bruto no Brasil deverá subir 4,3% para 35,8 milhões de toneladas, ante uma estimativa anterior de 8,6%. As vendas internas de aço devem crescer 5% neste ano, para um volume de 17,7 milhões de toneladas. A projeção anterior era de aumento de 6,6%.

Em relação às exportações, em volume, a estimativa atual é de queda de 0,6%, para 15,3 milhões de toneladas, ante previsão anterior de aumento de 10,7%.

Em valores, contudo, tendo em vista a valorização do dólar, o aumento deverá ser de 18,3%, sendo que a projeção anterior era de crescimento de 27,7%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Governo monta força-tarefa para leilão

Toffoli manteve venda de distribuidora da Eletrobrás, marcada para hoje; AGU acompanha ações na Justiça para barrar possíveis liminares

O governo montou uma força-tarefa para monitorar qualquer decisão judicial que possa impedir o leilão da Cepisa, distribuidora da Eletrobrás no Piauí. O leilão da empresa está marcado para hoje na B3, em São Paulo. A Advocacia-Geral da União (AGU) está acompanhando em tempo real a movimentação em diversas instâncias judiciais nas quais advogados dos empregados estão atuando.

Na noite de ontem, o presidente interino do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, manteve o leilão da Cepisa, em duas decisões sobre o tema. Ele negou o pedido de medida liminar do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Piauí para barrar o leilão e, em outro processo, não viu urgência no pedido do governo do Estado para a imediata suspensão da desestatização da distribuidora, o que, na prática, mantém o leilão. Pedidos para suspender o leilão também foram negados pela Justiça Federal do Piauí e do Rio de Janeiro e pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região (TRT-1).

Dívida. A Cepisa será a única das seis distribuidoras da Eletrobrás leiloada hoje – diante das dívidas da empresa, de R\$ 2,4 bilhões, a licitação terá valor simbólico de R\$ 50 mil. As distribuidoras que atuam no Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia serão vendidas no dia 30 de agosto, após a aprovação de projeto de lei que equaciona pendências das empresas no Senado. Uma liminar do ministro do STF Ricardo Lewandowski impede o leilão da distribuidora de Alagoas, Ceal.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou a Cepisa a aumentar a tarifa em 8,52% em 2017. Vencerá o leilão quem oferecer maior desconto sobre esse índice aos consumidores. O lance mínimo é de desconto de 61,31%, o que reduziria a tarifa em 5,22% para os consumidores. O desconto máximo será de 8,52% e, caso esse índice seja atingido e ainda houver interessados, a disputa se dará pelo maior bônus de outorga a ser pago ao Tesouro. O sucesso da venda da Cepisa se tornou questão primordial para o governo.

É preciso dar um sinalização positiva aos acionistas da Eletrobrás para convencê-los a votar a favor da prorrogação da prestação temporária de serviços das distribuidoras. O prazo se encerra no dia 31 e é preciso estendê-lo até 31 de dezembro. Se não for aprovado, será preciso liquidar as empresas, encerrar os serviços e demitir os trabalhadores. A assembleia está marcada para 30 de julho.

Plantão. Para evitar riscos, o governo colocou dezenas de advogados e procuradores dedicados ao plantão. Entre os envolvidos estão procuradores da AGU em todo o País e consultores jurídicos dos ministérios do Planejamento, Fazenda e **Minas e Energia**, além de escritórios contratados pela Eletrobrás e pelo BNDES, que conduz o leilão.

O governo do Piauí tentou no STF ter o tratamento dado por Lewandowski para a Ceal – uma ação do Estado de Alagoas contra a União cobra ressarcimento pela venda da companhia, assumida pela Eletrobrás há 20 anos, e, em contrapartida, a redução da dívida estadual. O BNDES não divulgou os interessados em comprar o controle da empresa, mas confirmou ter recebido propostas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renata Batista / RIO Fernanda Guimarães / SÃO PAULO

Título: Lucro da Vale sobe 5 vezes no trimestre, mas registra efeito negativo do câmbio

Balanço. Ganhos da mineradora somaram R\$ 306 milhões entre abril e junho – alta de 410% sobre o mesmo período de 2017, mas queda acentuada ante o trimestre anterior; desvalorização do real frente ao dólar gerou efeito contábil que reduziu o indicador em R\$ 7,3 bi

A Vale anunciou ontem que fechou o segundo trimestre com um lucro líquido de R\$ 306 milhões, um salto de 410% frente ao mesmo período do ano passado. Uma alta puxada por recorde de vendas e prêmios pagos pela elevada qualidade do minério de ferro negociado pela companhia. Já frente ao primeiro trimestre, a companhia viu seu desempenho encolher 95%, influenciado pelo impacto do câmbio e pelo aumento de R\$ 1,5 bilhão na provisão (reserva para perdas futuras) para o acidente da Samarco.

Com a desvalorização do real de 16% frente dólar ao longo de abril a junho, a companhia amargou um efeito contábil negativo que reduziu o lucro líquido do período em R\$ 7,3 bilhões. O efeito do câmbio teve impacto direto no custo de carregamento da dívida da Vale, que é 90% atrelada à moeda americana. O estrago só não foi maior porque a mineradora conseguiu cortar pela metade seu

endividamento desde junho do ano passado. O movimento levou a dívida para o menor patamar desde 2011. Em 12 meses, o corte já totaliza quase US\$ 11 bilhões, o que a aproxima da meta de US\$ 10 bilhões fixada pelo atual comando da mineradora.

"Mostramos um progresso significativo em previsibilidade, flexibilidade, gerenciamento de custos, disciplina na alocação de capital e diversificação por meio de nossos próprios ativos", disse o diretor-presidente da Vale, Fabio Schvartsman, em nota. O diretor executivo de finanças da Vale, Luciano Siani Pires, destacou o impacto da redução da dívida na avaliação de crédito e também nos gastos com juros. "Nossas despesas com juros brutos foram reduzidas em 30% (na comparação com o primeiro trimestre de 2017)."

Com o real mais desvalorizado, a empresa decidiu diminuir em cerca de US\$ 200 milhões sua projeção de investimento em moeda estrangeira. O resultado, porém, não deve alterar significativamente os projetos considerados importantes para o desempenho da empresa, como a retomada da unidade de pelotização de São Luís. A maior parte do investimento necessário para isso acontece no Brasil e tem o custo medido em real.

Segundo o diretor executivo de minerais ferrosos e carvão, Peter Poppinga, a Vale está progressivamente implementando uma estratégia de diferenciação. "O prêmio de qualidade no preço realizado da Vale atingiu um recorde de US\$ 7,1 milhões de toneladas no segundo trimestre de 2018", disse. O resultado de sua área representa hoje mais de 90% da atividade da empresa.

Samarco. Outro fator que afetou o resultado entre abril e junho de 2018 foi o aumento em R\$ 1,5 bilhão na provisão (reserva para eventuais despesas futuras) do desastre ambiental da Samarco com a vazamento da barragem de Mariana (MG), em 2015. Na semana passada, a Vale informou que iria ampliar a provisão. Originalmente, a empresa considerava uma cifra de R\$ 3,7 bilhões, que se baseava em estimativas preliminares de programas implementados pela Fundação Renova, responsável pela gestão dos projetos.

Apesar dos números mais fracos frente ao primeiro trimestre, o resultado reportado ontem mostra que a empresa continua conseguindo cumprir as promessas que fez a analistas e investidores. Além de recuperar o selo de boa pagadora pela agência de classificação de risco Moody's, a Vale anunciou que irá pagar aos acionistas R\$ 7,7 bilhões em dividendos e juros sobre capital próprio.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Denise Luna / RIO Anne Warth / BRASÍLIA****Título: Aneel critica parada de plataforma da Petrobrás**

Agência questiona manutenção no período de seca, o que pode levar a alta de energia

A Petrobrás informou que iniciou ontem a parada programada da plataforma de Mexilhão, na Bacia de Santos, que vai durar 45 dias e reduzir a oferta de gás natural no mercado brasileiro. Segundo o Operador Nacional do Sistema (ONS), as usinas térmicas que recebem o combustível, localizadas no Nordeste e Sudeste, também vão parar para manutenção, sendo substituídas por outras fontes de energia (usinas térmicas de outras empresas, por exemplo), para garantir a segurança do abastecimento do sistema elétrico.

Apesar da previsão de normalidade no abastecimento energético do País, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) criticou a decisão da Petrobrás de fazer a manutenção em pleno período de seca, quando as usinas térmicas são mais demandadas. "Essa condição sugere que, sob a ótica do setor elétrico, o momento escolhido para a parada não tenha sido o mais adequado, visto que o sistema demanda a geração térmica para preservar água nos reservatórios até a chegada do próximo período úmido", disse a Aneel em relatório emitido na segunda-feira passada para o ONS.

A agência pede ao operador que esclareça os motivos pelos quais a manutenção da plataforma foi programada para o período do ano em que o sistema demanda maior geração térmica. A Aneel solicita também ao ONS que informe as medidas que deverão ser tomadas para garantir o atendimento da carga, principalmente na Região Nordeste, bem como os impactos de tais medidas na manutenção dos níveis dos reservatórios e no custo total de operação do sistema. A estatal alega que a parada da plataforma de Mexilhão foi necessária para fazer obras que aumentem a capacidade de escoamento de gás no sistema de gasodutos da Rota 1 do pré-sal, para atender à produção futura da Bacia de Santos.

Além de melhorias da estrutura logística, "as obras também servirão para atender às inspeções obrigatórias de segurança, estabelecidas pelo Ministério do Trabalho", disse, sem dar detalhes. A empresa informou ainda que se reuniu durante esta semana com distribuidoras de gás natural para apresentar as ações realizadas no sentido de evitar qualquer impacto no fornecimento do combustível. "As ações e soluções tomadas pela Petrobrás estão dentro das regras contratuais e garantem o abastecimento de gás natural no Brasil.

O cronograma de paradas das termoeletricas foi discutido e articulado junto ao ONS, também de forma antecipada, buscando o mínimo impacto possível ao setor", explicou a Petrobrás em nota. "A parada de Mexilhão possibilitará a interligação submarina de novo trecho do gasoduto ao já existente, permitindo separação da produção de gás do pré-sal e do pós-sal. Durante o período de parada da plataforma, estão sendo realizados melhoramentos também na unidade de tratamento de gás de Caraguatatuba, incluindo a adequação do sistema e automação e implantação de estruturas para futuras conexões de estações de medição", concluiu a estatal.

Tarifas. O uso de térmicas mais caras, no entanto, não deverá afetar de imediato os consumidores, porque as contas de luz já estão na chamada bandeira tarifária nível 2, a mais cara, que gera custos adicionais para custear a operação de térmicas em momentos de escassez na geração hídrica. Mas as distribuidoras de energia já têm se queixado à Aneel de que a arrecadação com as bandeiras tarifárias não é suficiente para cobrir todos os seus custos, como com a compra de energia térmica, conforme publicado pela agência Reuters nesta semana. Com mais térmicas a óleo, de alto custo, a pressão sobre o caixa das distribuidoras deverá aumentar, segundo o sócio da comercializadora FDR Energia, Erick Azevedo.

"Bandeira vermelha já ia ter de qualquer jeito... mas piorou a situação para as distribuidoras, vai aumentar a conta do déficit delas", afirmou. Uma das possibilidades para resolver o problema das distribuidoras seria elevar o sobrecusto associado às bandeiras tarifárias, mas as empresas têm sugerido à Aneel também algumas soluções alternativas para evitar um impacto tarifário imediato. / COM REUTERS

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Petrobras reduz gás e térmicas param na seca

Em pleno auge do período seco, quando as usinas termelétricas deveriam estar funcionando a todo vapor para evitar uma queda ainda mais acentuada no volume de água dos reservatórios, a Petrobras está reduzindo o fornecimento de gás natural que abastece essas unidades geradoras nas regiões Sudeste e Nordeste.

O desfalque no fornecimento do insumo é provocado pela manutenção programada de uma plataforma em Mexilhão, um dos principais campos do pré-sal na Bacia de Santos, que começou nesta terça-feira e vai durar pelo menos até o dia 8 de setembro.

Sem combustível para rodar suas turbinas, sete termelétricas também vão parar temporariamente, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Todas vão aproveitar a escassez no abastecimento para fazer seus próprios trabalhos de manutenção. Elas deixarão de gerar até 2,1 mil megawatts (MW) em um momento crítico para a operação do sistema interligado, conforme antecipou o **Valor** ontem de manhã.

Diante do problema, as autoridades do setor elétrico acenderam o sinal de alerta. Em ofício encaminhado ao ONS na segunda-feira, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) observa que "a referida manutenção foi programada para o período seco, época em que se espera que as centrais termelétricas a gás natural operem por ordem de mérito para atendimento da carga", ou seja, são opções economicamente melhores do que outras alternativas.

Na prática, sem todo o parque térmico movido a gás à disposição, o ONS provavelmente terá que acionar usinas a óleo combustível, mais caras e poluentes.

"Essa condição sugere que, sob a ótica do setor elétrico, o momento escolhido para a parada não tenha sido o mais adequado, visto que o sistema demanda a geração térmica para preservar água nos reservatórios até a chegada do próximo período úmido", continua o ofício, assinado pelo superintendente de regulação dos serviços de geração da Aneel, Christiano Vieira da Silva.

A agência cobra esclarecimentos sobre os motivos da manutenção nas datas escolhidas e medidas a serem tomadas para garantir o abastecimento de energia, principalmente no Nordeste, bem como um detalhamento sobre os impactos disso para o nível dos reservatórios e para os custos totais de operação do sistema.

Nos bastidores, as autoridades do setor demonstram preocupação até mesmo com o risco de blecautes. Mais de 50% da demanda no Nordeste tem sido atendida, nos meses de estiagem, pela geração de energia eólica.

Mas os ventos são muito mais imprevisíveis e, em dias com menor geração das eólicas, há necessidade de aumentar a transferência de energia de uma região para outra. Quando isso acontece, o sistema fica mais vulnerável a sobrecargas e qualquer perda súbita em uma usina pode levar à ocorrência de apagões. Para se ter ideia do que a perda temporária de 2,1 mil MW significa, o sistema interligado tem trabalhado com carga de 62 mil MW médios nos últimos dias.

Na carta enviada ao diretor-geral do ONS, Luiz Eduardo Barata, a agência conclui: "Solicitamos desse Operador avaliação quanto à possibilidade de se reprogramar ou reescalonar no decorrer do próximo período úmido, integral ou

parcialmente, as atividades de manutenção que impactam a disponibilidade da oferta de gás natural para geração termelétrica".

Procurado, o ONS descartou a ameaça ao suprimento de energia, mas não negou que pode haver aumento de custos na geração por causa do problema. O órgão afirmou que a paralisação das térmicas "não traz qualquer risco para a operação do sistema elétrico" e que elas "serão substituídas por outras fontes de geração disponíveis, respeitando a ordem de mérito definida pelo modelo da programação da operação, de forma a atender a totalidade da carga".

O uso de térmicas mais caras não deve impactar de imediato as tarifas porque os consumidores já estão pagando o adicional da bandeira vermelha nível 2, a mais cara, sobre suas contas. As distribuidoras, no entanto, reclamam que a arrecadação com as bandeiras não tem sido suficiente para pagar a compra de energia térmica. Com a geração de usinas movidas a óleo, o problema só tende a se acentuar.

De acordo com informações da Petrobras, o cronograma de parada das termelétricas "foi discutido e articulado [...] de forma antecipada" com o ONS, buscando o "mínimo impacto possível".

A manutenção programada da plataforma de Mexilhão se insere em um contexto de aumento da capacidade de escoamento de gás no sistema de gasodutos da Rota 1 do pré-sal, para atender à produção futura da Bacia de Santos, segundo nota da petroleira.

Quanto à data escolhida, a estatal disse que "a parada de Mexilhão precisa ser realizada neste período em função de exigência legal prevista em norma de segurança do Ministério do Trabalho (NR-13), que fixa períodos de inspeção dos vasos de pressão das instalações industriais".

Mexilhão produz 15 milhões de metros cúbicos por dia de gás e a Petrobras informou ter adotado medidas para atenuar o impacto da redução de oferta. Houve aumento, de 14 milhões para 20 milhões de m³/dia, da capacidade de regaseificação do terminal na Bahia. Além disso, um navio regaseificador foi colocado na Baía de Guanabara (RJ) como "backup" para atendimento da demanda.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e São Paulo

Título: Em meio a batalha judicial, distribuidora de energia do Piauí vai a leilão hoje na B3

Em meio a uma batalha judicial entre centrais sindicais e a Advocacia Geral da União (AGU), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) realiza hoje, na bolsa B3, o leilão de privatização da Cepisa, distribuidora da Eletrobras no Piauí. Responsável pelo processo de desestatização das distribuidoras da elétrica, o banco manteve em sigilo o número e nome dos proponentes. No mercado, comenta-se que estão no páreo pelo menos Equatorial Energia, Neonenergia, controlada pela espanhola Iberdrola, e o grupo de origem mineira Energisa.

Até ontem, os sindicatos dos urbanitários tentavam suspender o leilão por meio de quatro frentes, sendo duas em Brasília e duas no Rio de Janeiro, com o apoio do escritório de advocacia Garcez. A mais estratégica das medidas foi a reclamação ao Supremo Tribunal Federal (STF), que os advogados deixaram para apresentar somente esta semana, quando o ministro Dias Toffoli assumiu interinamente a presidência do órgão, no lugar de Cármen Lúcia. O objetivo da medida era alegar que a liminar do ministro Ricardo Lewandowski que impede a venda de estatais sem aval do Congresso se aplica às distribuidoras da Eletrobras.

O **Valor** apurou que a Advocacia Geral da União (AGU) também está trabalhando em várias frentes, inclusive no STF, para evitar o cancelamento do leilão da Cepisa.

De acordo com a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), funcionários das seis distribuidoras - além da Cepisa, Amazonas Distribuidora (AM), Eletroacre (AC), Ceron (RO), Boa Vista Energia (RR) e Ceal (AL) - iniciaram ontem uma paralisação de 48 horas das atividades, em protesto contra a privatização das empresas.

Também ontem o BNDES confirmou ter recebido e analisado documentos apresentados para a participação do leilão. O banco, porém, não informou o total de proponentes nem seus nomes.

Com isso está mantida a sessão pública do leilão, com a abertura das propostas econômicas, realização de lances viva-voz e posterior abertura do envelope de habilitação do proponente classificado em primeiro lugar.

De acordo com o edital da licitação, será declarado vencedor a empresa ou consórcio que apresentar o maior deságio em relação à tarifa definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Ainda segundo o documento, se houver uma diferença de até 20% em relação à melhor proposta, a disputa será aberta para lances a viva-voz.

O BNDES tem mantido sob sigilo o número de propostas recebidas e o nome das empresas e consórcios proponentes, para não afetar a competitividade do certame. No mercado, comenta-se que pelo menos a Equatorial Energia e a Neoenergia, controlada pela espanhola Iberdrola, apresentaram propostas. As empresas não comentam oficialmente se realmente o fizeram.

Na terça-feira, o diretor de Finanças e Relações com Investidores da Neoenergia, Sandro Marcondes, havia afirmado, após participar de reunião da Apimec, no Rio, que a companhia ainda avaliava participar do leilão da distribuidora piauiense. Tudo indica, então, que a elétrica apresentou as garantias para a licitação, caso contrário ela não teria mais como participar do leilão.

O **Valor** apurou também que a Energisa estruturou uma equipe com cerca de 100 pessoas para realizar a "due dilligence" (avaliação dos números da Cepisa).

Caso o leilão seja bem sucedido hoje, a Cepisa será a primeira distribuidora integralmente federalizada a ser privatizada nos últimos 20 anos e pode abrir caminho para a venda das outras cinco empresas, cuja previsão de leilão é 30 de agosto.

Em 2016, o BNDES realizou o leilão de privatização da Celg Distribuição (Celg D), vencido pela italiana Enel, na ocasião. A empresa porém tinha como acionistas a Eletrobras (51%) e o governo goiano (49%).

Das distribuidoras restantes, porém, quatro (principalmente Amazonas Distribuidora e Boa Vista Energia) dependem da aprovação de um projeto de lei no Senado que torna as empresas mais atrativas. Já a Ceal ainda está impedida de ser leiloada por força de uma liminar de Lewandowski específica sobre a privatização da companhia alagoana.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: ANP espera pedidos de revisão para conteúdo local

Décio Oddone, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) espera novos pedidos de revisão das cláusulas de conteúdo local dos contratos assinados da 1ª até a 13ª Rodada de Licitações realizadas pela agência. Na prática, a ANP espera que apenas contratos assinados a partir da 5ª Rodada, realizada em 2003, possam ser aditados, já que as rodadas anteriores tinham percentuais mais baixos.

Considerado um dos pontos mais importantes da política nacional de petróleo e gás nos governos dos ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff, as regras para nacionalização das compras de equipamentos e serviços do setor foram flexibilizadas pela resolução ANP nº 726/2018.

Até o dia 20 de julho a ANP tinha recebido apenas 61 pedidos feitos por 12 concessionárias, sendo que seis empresas apresentaram 15 pedidos de renovação das cláusulas para projetos de exploração ou desenvolvimento da produção no mar e as demais para projetos em terra. Oddone acredita que muitas empresas estão deixando para a última hora, considerando que o prazo termina dia 10 de agosto. A indústria passou anos reclamando da disponibilidade e preços dos equipamentos no país.

"Acredito que vamos ter mais pedidos perto do fim do prazo. As empresas devem estar fazendo análise do impacto da regulamentação, e podem optar [pela revisão do contrato] perto do prazo", disse Oddone ao **Valor**.

Os pedidos de revisão são de contratos assinados na 7ª, 9ª, 11ª, 12ª, 13ª e 14ª Rodadas, na de Campos Marginais e na 1ª Rodada do Pré-Sal, quando foi leiloado o campo de Libra, em 2013. Os pedidos foram apresentados pela australiana Karoon (cinco áreas); a norueguesa Equinor (ex-Statoil que apresentou dois pedidos); as brasileiras Petrobras (um pedido para Libra) e Ouro Preto Óleo e Gás (um pedido); ExxonMobil (2 pedidos); e Chariot Brasil Petróleo.

Os outros 46 foram feitos para áreas em terra, apresentados pela Parnaíba Gás Natural SA; Vipetro Petróleo; Alvopetro; Great Energy; Ouro Preto Óleo e Gás S/A; e Maha Energy Brasil. Nem todos os pedidos tinham sido registrados até o dia 20 de julho, data da última atualização feita pela agência. Naquela data, a única empresa com pedidos aprovados (9 dos 11 apresentados) era a Parnaíba.

A resolução 726/2018 da ANP permite redução dos percentuais de compras nacionais para 50% no caso de projetos para exploração e desenvolvimento de blocos em terra. Para projetos no mar o conteúdo local na fase de exploração pode ser reduzido para 18%. Na fase de desenvolvimento da produção (que só se efetiva em caso de ser feita uma descoberta rentável) é possível reduzir o percentual para 25% na construção de poços e 40% na coleta e escoamento.

Na construção de plataformas de produção, que estão entre os itens mais caros, os percentuais foram divididos em três segmentos - engenharia, máquinas e equipamentos, e integração e montagem - todos com 40%.

Os novos percentuais foram autorizados pelo Conselho Nacional de Política Energética. As empresas que reduzirem as compras locais perdem o direito de

pedir "waiver" (perdão) por descumprimento, opção que é prevista nos contratos originais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: Agência irá criar regra para definição de preços

A Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) está preparando uma resolução que vai ditar a forma como os produtores de combustíveis (setor dominado hoje pela Petrobras) e os importadores deverão seguir para definir os preços dos derivados de petróleo. Sem detalhar a nova resolução, o diretor-geral da agência, Décio Oddone disse que ela dará "maior transparência na formação de preços" podendo atrair empresas privadas para o refino no Brasil.

Segundo Oddone, o comportamento dos preços dos combustíveis no Brasil no período contemplado entre 2008 e 2017 mostra que os preços dos combustíveis no Brasil estiveram dissociados dos preços praticados no mercado internacional.

Segundo Oddone, "todo mundo lembra" do período em que a Petrobras estava tendo prejuízos [com a venda de combustíveis abaixo do preço internacional] entre 2011 e 2014, época em que o petróleo subiu.

Mas até 2008, diz Oddone, a estatal praticou preços alinhados com os internacionais. Contudo, diz ele, a evolução dos preços da gasolina e diesel vendidos por ela nos últimos 20 anos mostra que durante os últimos dois períodos de recessão no Brasil a gasolina e diesel foram vendidos acima dos preços praticados no mercado internacional.

"Durante os dois momentos de recessão no Brasil na última década, os preços dos combustíveis estavam acima dos do mercado internacional, ajudando aprofundar a recessão", continua.

Segundo dados do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos, da Fundação Getúlio Vargas, o país viu uma recessão entre o quarto trimestre de 2008 e o primeiro trimestre de 2009 e entre o segundo trimestre de 2014 e o quarto trimestre de 2016, essa última a mais longa do país desde o início da contabilização.

Oddone vê conflito no comportamento da Petrobras que ora tem prejuízos e ora maximiza os preços no período em que obtém o que o executivo chama de "mandato para maximização dos lucros para os acionistas". E diz que uma companhia dessas "não pode ser monopolista no refino".

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Fábio Pupo | De Brasília****Título: TCU multa direção da Antaq e determina mudança de tarifa**

O Tribunal de Contas da União (TCU) aplicou uma multa a diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) por considerar que eles não regulamentaram de forma adequada uma tarifa cobrada por terminais portuários, responsável por embates milionários no setor logístico. Além disso, a agência deve apresentar um plano para alterar a regulamentação sobre o tema a partir de agora.

O processo está ligado a uma disputa que envolve recintos alfandegários e terminais portuários contra a taxa Terminal Handling Charge (THC2), exigida para separação e entrega de cargas importadas após a descarga do navio. O debate interessa o setor por causa do respaldo que pode gerar em futuras disputas judiciais, por exemplo.

De acordo com o TCU, diferentes órgãos do governo - como a antiga Secretaria de Direto Econômico (SDE), do Ministério da Justiça - apontam desde 1999 infração à ordem econômica na cobrança do THC2. O TCU afirma que, atualmente, o Cade tem visão consolidada de que a cobrança prejudica a concorrência no setor. Essas visões costumam ser contestadas por empresas interessadas no tema, como a Libra.

Criada em 2001, a Antaq regulou a tarifa somente em 2012. Na visão do TCU, mesmo assim não foi resolvido o problema. Na época, a área técnica da agência sugeriu que a cobrança deveria obedecer a tetos estabelecidos pela autoridade portuária. Na regulamentação, a diretoria da Antaq retirou essa exigência e colocou que "quando for o caso", a autoridade portuária estabeleceria um teto. Depois disso, a nova Lei dos Portos ainda retirou da Antaq o direito de decidir sobre o tema.

O TCU entende que houve falha na regulamentação. "O tratamento dado pela norma ao assunto não buscou solucionar conflito histórico sobre a questão, esquivando-se a entidade de regular um mercado de concorrência nitidamente imperfeita, impedir infrações à ordem econômica e garantir a modicidade das tarifas", diz o acórdão da ministra relatora do caso, Ana Arraes.

Foram multados em R\$ 30 mil cada um os diretores Fernando Antônio Brito Fialho, Pedro Brito do Nascimento e Tiago Pereira Lima. O ministro Benjamin Zymler chegou a ponderar que não se deve punir somente quem tentou regular o tema, mesmo que com falhas, e deixar de contestar diretores que se

abstiveram da discussão - caso das autoridades que passaram pela Antaq antes e depois da regulamentação ser feita. Por isso, outros diretores devem ser ouvidos também agora.

Para a Antaq, o TCU determinou que a agência elabore e publique as composições de custo dos serviços prestados pelos terminais portuários para embasar a análise do exame de pertinência do THC2 e da possível ocorrência de abuso em sua cobrança. Além disso, que faça revisão da regulamentação sobre a cobrança para adequá-la. Além disso, a agência deve remeter ao TCU, em 30 dias, um plano de ação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Vale fará recompra de ações de US\$ 1 bi no prazo de um ano

A Vale surpreendeu o mercado ao anunciar ontem um programa de recompra de ações no montante de US\$ 1 bilhão, que será executado ao longo de um ano. A redução do endividamento da companhia, para US\$ 11,5 bilhões em 30 de junho - eram cerca de US\$ 22 bilhões de dívidas há um ano - e a forte geração de caixa da mineradora foram determinantes na decisão da Vale de lançar um programa de recompra de ações, o que não acontecia desde 2011.

A mineradora também anunciou o fechamento de contratos de afretamento de 48 navios com armadores asiáticos em uma transação que permitirá à empresa reduzir em US\$ 5 por tonelada o custo do frete médio atual para a Ásia. Hoje o frete médio da Vale é US\$ 17,2 por tonelada na rota Brasil-Ásia, o que deve cair para US\$ 12,2 por tonelada com os novos navios. As embarcações serão construídas na China, Coreia do Sul e Japão e têm previsão de entrega entre 2019 e 2023. Hoje a Vale já tem contratos com cerca de 250 navios.

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, disse ao **Valor** que aplicar em suas próprias ações é o melhor investimento que a empresa pode fazer neste momento. "Estamos criando valor para a companhia", afirmou o executivo. A Vale também anunciou dividendos de US\$ 2 bilhões, referentes ao primeiro semestre - a maior remuneração para um semestre desde 2014 -, que serão pagos em 20 de setembro.

Schvartsman justificou porque a empresa optou por fazer a operação de recompra de ações e não pagar dividendos extraordinários aos acionistas. Segundo ele, a recompra permite preservar a política de dividendos anunciada este ano pela mineradora, que prevê que a Vale remunere seus acionistas com

o equivalente a 30% do lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda), menos o investimento corrente.

A ideia foi assegurar, portanto, a credibilidade da política de dividendos. De qualquer maneira, a Vale poderá, eventualmente, vir a pagar dividendos extraordinários, disse Schvartsman. Na recompra, a Vale vai retirar do mercado 80 milhões de ações da empresa em 12 meses, com limites de compra diários na bolsa, e essas ações irão para a Tesouraria da companhia.

Schvartsman disse também que a destinação dessas ações em Tesouraria será decidida mais adiante: elas poderão ser extintas ou até mesmo servirem para, eventualmente, no futuro, a companhia fazer uma nova oferta de ações ao mercado. Uma vez concluída a operação, a base acionária da Vale, de cerca de 5,2 bilhões de ações, será reduzida na quantidade adquirida.

O presidente da Vale afirmou ainda que a recompra faz parte da política de alocação de capital, um dos pilares estratégicos de sua gestão. "Alocação de capital, para as mineradoras, é ponto fundamental de atenção", declarou. Um número que ajudou a garantir a recompra de ações foi o fluxo de caixa livre de US\$ 3,1 bilhões no segundo trimestre, o maior para esse período em dez anos.

Ele se referiu ao fato de que no setor de mineração as empresas costumam gastar muito dinheiro em compra de ativos ou expansões de capacidade quando há um ciclo de alta das commodities. Mas se essa política de investimentos não for bem dosada pode causar estragos quando os preços caem, como aconteceu com a própria Vale em 2015, quando os preços do minério atingiram piso histórico recente.

Schvartsman disse ainda que o segundo trimestre foi especial para ele porque foi possível ver no balanço da empresa a materialização de todos os elementos que compõem a estratégia da Vale, sob sua administração. Essa estratégia inclui, além da alocação de capital e da gestão de custos, a questão previsibilidade, o que foi assegurado, por exemplo, com um Ebitda em dólares, de US\$ 3,9 bilhões, "em linha com o primeiro trimestre". Outro ponto da estratégia é a previsibilidade operacional, o que foi garantido com recorde de produção e vendas para um segundo trimestre, apesar da greve dos caminhoneiros que parou o país.

Para Schvartsman, o mais importante do balanço da Vale, no segundo trimestre, foi a "qualidade" do resultado. Ele destacou o fato de, pela primeira vez na história recente, a Vale ter colocado minério de ferro na China abaixo de US\$ 30 por tonelada (o custo do minério posto no porto na China foi de US\$ 28,8 por tonelada.) Isso em um cenário de aumento do petróleo e, por consequência, do bunker, o combustível usado pela navegação.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Rafael Rosas e Alessandra Saraiva | Do Rio**Título:** Mineradora tem lucro 181% maior no trimestre

A Vale fechou o segundo trimestre com um lucro líquido recorrente de R\$ 7,57 bilhões, uma alta de 181% ante os R\$ 2,69 bilhões de igual período de 2017. Considerando os chamados "efeitos não caixa", a mineradora teria registrado um ganho líquido de R\$ 306 milhões no trimestre, ainda assim uma alta de 410% ante os R\$ 60 milhões apurados um ano antes.

A companhia informou que os itens que influenciaram o cálculo de lucro líquido recorrente foram o provisionamento de R\$ 1,5 bilhão para a Fundação Renova, que trata das consequências do desastre da barragem da Samarco, em Mariana (MG); debêntures participativas de R\$ 1 bilhão; os impactos de variação cambial e de swaps de dívida de R\$ 8,4 bilhões. Houve ainda o lançamento de impostos sobre os itens excluídos, de R\$ 3,77 bilhões.

A receita líquida entre abril e junho foi de R\$ 31,2 bilhões, 33,7% acima dos R\$ 23,363 bilhões de igual período de 2017, enquanto o lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado ficou em R\$ 14,187 bilhões no segundo trimestre, alta de 60,6% na comparação com os R\$ 8,834 bilhões de igual período do ano passado.

A companhia ressaltou que sua dívida líquida terminou junho em US\$ 11,5 bilhões, menor patamar desde o segundo trimestre de 2011 e próxima da meta de US\$ 10 bilhões. Em 12 meses, houve queda de quase US\$ 11 bilhões na dívida líquida, com redução de US\$ 3,382 bilhões no segundo trimestre.

Em vídeo no site da companhia, o diretor executivo de finanças e RI, Luciano Siani Pires, destacou que o bom resultado permitirá o pagamento de US\$ 2,05 bilhões em dividendos em setembro, maior patamar de remuneração para um semestre desde 2014. Lembrou ainda que o prêmio médio recebido pela empresa pela qualidade do seu minério de ferro saltou a US\$ 7,1 por tonelada, contra US\$ 5,2 por tonelada no primeiro trimestre. A projeção de investimentos para 2018 passou de US\$ 3,8 bilhões para US\$ 3,6 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Usiminas I

A Usiminas foi notificada pela 3ª Vara do Trabalho de Coronel Fabriciano (MG) sobre a ação civil pública do Ministério Público do Trabalho (MPT) que questiona a eleição de Luiz Carlos Miranda Faria como membro do conselho de administração. Conforme comunicado divulgado ontem, o juízo deferiu parcialmente o pedido do MPT de afastamento imediato do conselheiro de toda e qualquer função ligada direta ou indiretamente ao cargo de representante dos trabalhadores da Usiminas no colegiado. Caso isso não ocorra, a multa é de R\$ 500 mil por cada ato infracional. O comunicado da siderúrgica mineira foi uma resposta ao ofício da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). No documento, a Usiminas destacou que a decisão não afeta o funcionamento do conselho de administração e não "acarreta efeito relevante sobre a condução de seus negócios e atividades ou sobre a situação financeira ou patrimonial da companhia".

Usiminas II

Miranda foi eleito em fevereiro como representante dos trabalhadores e, na segunda-feira, a Justiça do Trabalho determinou que ele se abstenha de qualquer função no colegiado. A ação civil pública argumenta que, ao assumir posição no conselho, ele descumpriu acordo no qual se comprometia a não assumir "cargos administrativos ou de representação da categoria profissional da base de representação do Sindipa", o Sindicato dos Metalúrgicos do Ipatinga, por ele liderado até 2013. Para o juiz, a continuidade no conselho "pode causar prejuízos à livre representação dos trabalhadores no conselho de administração da Usiminas".

Iberdrola tem lucro

O lucro líquido do grupo espanhol Iberdrola, controlador da companhia de energia Neoenergia, diminuiu 1,1% no segundo trimestre de 2018, para € 878,7 milhões, em comparação com o mesmo período do ano passado. A queda foi registrada mesmo com o aumento de 22% da receita da companhia no período, que passou de € 6,77 bilhões para € 8,24 bilhões. A queda no lucro, segundo afirmou a Iberdrola, ocorreu porque no exercício passado foram contabilizados ganhos adicionais de € 420 milhões correspondentes à fusão da alemã Siemens Wind Power com a espanhola Gamesa. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) teve um acréscimo de 10,3% no período e totalizou € 2,11 bilhões, perto da estimativa de € 2,13 milhões apontada por analistas consultados pelo FactSet. Na primeira metade do ano, o lucro do grupo espanhol recuou 7,1%, para € 1,4 bilhão.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Após aquisição de fatia na Celesc, EDP investirá em seus ativos e transmissão**

Após se firmar como a segunda maior acionista da elétrica catarinense Celesc, com 19,62%, atrás apenas do Estado de Santa Catarina (20,20%), a EDP Energias do Brasil pretende concentrar seus investimentos nas suas três áreas de concessão de distribuição (Santa Catarina, São Paulo e Espírito Santo) e na implantação dos cinco projetos de transmissão adquiridos em leilões nos últimos dois anos e que demandarão aportes da ordem de R\$ 3 bilhões. Por esse motivo, o grupo não tem interesse pelos processos de privatização das distribuidoras da Eletrobras e da venda do controle da Light pela estatal mineira Cemig.

"Nosso foco no momento é nas três distribuidoras onde temos participação. Essas três regiões onde estamos investindo são, de acordo com nossa avaliação, mercados muito atrativos do ponto de vista de ambiente de negócios", afirmou o presidente da EDP Energias do Brasil, Miguel Setas.

"Estamos voltando nossas atenções para o negócio de redes. O investimento da companhia está recaindo hoje de forma mais prioritária sobre as redes de distribuição e transmissão. Não significa que não continuamos atentos às oportunidades na área de geração, mas o foco é o crescimento da transmissão e distribuição", completou o executivo.

Com relação aos projetos de transmissão, o objetivo da companhia é repetir o modelo adotado na construção das hidrelétricas de Santo Antônio do Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel, que tiveram o cronograma antecipado em relação ao previsto inicialmente.

"Continuaremos a olhar para os próximos leilões [de transmissão], mas já temos R\$ 3 bilhões de capex [investimentos] para fazer na transmissão. Daqui a cinco anos [quando os empreendimentos estiverem em operação], a transmissão representará mais de 20% do Ebitda da nossa companhia. É um negócio muito significativo e importante", explicou Setas.

A EDP encerrou o segundo trimestre com lucro líquido de R\$ 227,7 milhões, valor 60,3% maior que o apurado em igual período de 2017. Na mesma comparação, a receita líquida aumentou 25,9%, totalizando R\$ 3,256 bilhões, e o Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) avançou 11,8%, para R\$ 596,3 milhões.

No acumulado do primeiro semestre, o lucro líquido da elétrica atingiu R\$ 441,8 milhões, com alta de 59,6% ante o período de janeiro a junho de 2017. Na mesma comparação, a receita líquida aumentou 24,7%, somando R\$ 6,090 bilhões, e o Ebitda cresceu 15,6%, contabilizando R\$ 1,241 bilhão.

De acordo com Setas, o resultado foi influenciado por um conjunto de fatores, como um ganho de capital na compra da participação de 19,62% do capital da elétrica catarinense Celesc, um lucro de R\$ 78 milhões da termelétrica Pecém I, no Ceará, e controle e redução de custos, entre outros. "Um evento que marca este trimestre é um ganho de capital de R\$ 64 milhões que tivemos na compra da [participação] na Celesc, pelo simples fato de termos comprado as ações da Celesc abaixo daquele que é o seu valor contábil", disse.

Sobre os custos, os gastos nominais com pessoal, materiais, serviços e outros (PMSO) do grupo recuaram 1,4% no primeiro semestre, ante igual período de 2017. "Isso é uma coisa atípica. Em um universo inflacionário, ter uma redução do PMSO recorrente em 1,4% acho que é importante", destacou.

A empresa também registrou aumento de volume de energia fornecido tanto na área de comercialização quanto em distribuição. No caso da comercializadora, o aumento da ordem de 15% do volume de vendas resultou em um aumento de 4,3% do Ebitda do segmento, totalizando R\$ 51 milhões no segundo trimestre. Na área de distribuição, o aumento de volume de energia suprida foi de 3,2%.

A EDP também registrou o 14º trimestre consecutivo de queda do índice de perdas da EDP Espírito Santo, totalizando 11,51%, um pouco acima dos 11,45% exigidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Na EDP São Paulo, o índice foi de 8,63%, abaixo do limite estipulado pela agência para a concessionária, de 9,19%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha | De São Paulo

Título: Protecionismo e economia fraca cortam projeções do aço

As menores expectativas com a economia brasileira neste ano e o crescimento das barreiras para o comércio internacional do aço levaram o Instituto Aço Brasil a revisar para baixo as projeções para o setor em 2018.

O efeito foi mais sentido nas exportações. A expectativa anterior, divulgada em abril, era de crescimento de 10,7%. Agora, a estimativa da entidade é de queda de 0,6%, para 15,3 milhões de toneladas.

Para a produção de aço, a projeção de crescimento foi cortada pela metade. Se antes era de 8,6%, atualmente é de 4,3%, para 35,8 milhões de toneladas.

Com relação ao mercado local, as vendas internas previstas agora são de 17,7 milhões de toneladas, alta de 5%. O crescimento anterior esperado era de 6,6%. As importações também devem sofrer: caindo de uma alta de 10,1%, para 5,3%, somando 2,4 milhões de toneladas. A queda se deve ao câmbio.

"Os indicadores foram revistos para baixo, por conta de como tem se comportado a economia como um todo", afirmou Marco Polo Lopes, presidente do Instituto Aço Brasil, em entrevista coletiva. "Na previsão anterior, não tínhamos o impacto do crescimento do protecionismo no mundo, como aconteceu nos Estados Unidos e na União Europeia".

O governo de Donald Trump, e em seguida a comunidade europeia, estabeleceram limites para as importações de aço. Exatamente por esse cenário, a entidade defendeu que o próximo governo brasileiro "se defenda" das medidas tomadas pelos outros países. "Questionamos se o Brasil poderá ser liberal em um mundo protecionista", afirmou Sergio Leite, vice-presidente do conselho do Aço Brasil.

Até o momento, o que tem protegido o mercado nacional de uma onda de produtos que foram rejeitados por outros mercados é a desvalorização do real. "Não há risco de inundação da China. O câmbio foi um fator que evitou que isso ocorresse", afirmou Sérgio Leite. A entidade, pondera que, sem políticas de respostas, pode se tornar "receptáculo" do excedente no aço mundial.

No primeiro semestre, o consumo aparente de produtos siderúrgicos registrou alta, mesmo com os efeitos negativos da greve dos caminhoneiros. O índice, que reúne tanto as vendas de empresas locais quanto as importações, avançou 9,3% na comparação anual e chegou a 10,1 milhão de toneladas

De janeiro a junho, foram produzidas 17,2 milhões de toneladas de aço bruto, alta de 2,9% ante igual período do ano passado.

Com relação às companhias nacionais, as vendas internas das siderúrgicas foram de 8,8 milhão de toneladas, alta de 9,9%. As importações avançaram 5,6%, para 1,3 milhões de toneladas. Já as exportações caíram 5,7% no período, para 6,9 milhões de toneladas. Mesmo com a queda em volume, a receita das exportações subiu 16%, para US\$ 4,3 bilhões.

A entidade destacou que o crescimento dos números semestrais tem que ser visto com cuidado, uma vez que a base de comparação do ano passado é baixa.

"Não vemos perspectiva de crescimento da economia e do consumo aparente de aço que nos faça retomarmos a ocupação da indústria para 80% nos próximos quatro ou cinco anos", disse o vice-presidente do conselho do instituto, que também é presidente da Usiminas. Atualmente, a ocupação do setor está em 68,3%.

Sobre os preços praticados no mercado interno, os ajustes recentes ocorrem pela grande diferença da inflação geral do país nos últimos anos e os valores praticados pela indústria. "Pela crise recente, criou-se uma barriga entre os preços do aço e a inflação. O que há agora é uma retomada", diz Lopes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação & Tributos

Autor: Beatriz Olivon | De Brasília

Título: Carf mantém maior parte de autuação da Petrobras

A Petrobras perdeu no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) a maior parte de uma disputa com a Receita Federal relativa à tributação do lucro de controladas e coligadas no exterior. Não é possível saber o quanto exatamente dos R\$ 3,28 bilhões da autuação foi mantido pela 1ª Turma da 4ª Câmara da 1ª Seção do órgão. Tanto a empresa quanto a Fazenda Nacional devem recorrer.

A Petrobras foi autuada em razão da contabilização de lucros auferidos por empresas estrangeiras coligadas e controladas pela matriz no Brasil. A Receita cobra Imposto de Renda e CSLL sobre os valores de controladas localizadas na Holanda e nas Ilhas Cayman. No segundo caso, também estava em discussão a taxa de câmbio aplicada ao prejuízo fiscal que seria compensado.

A companhia ganhou esse último ponto, apesar de perder o principal, por isso a decisão foi parcial. O valor da autuação foi indicado pela empresa em seu Formulário de Referência de 2017 e não há provisionamento.

No julgamento, por desempate do presidente da Turma (voto de qualidade), os conselheiros mantiveram a tributação de IRPJ e CSLL sobre controlada na Holanda. Aceitaram o argumento da empresa sobre a taxa de câmbio.

Na defesa oral, o advogado da companhia, Tiago Lemos de Oliveira, afirmou que há um conflito de normas, entre o tratado internacional e o artigo 74 da Medida Provisória 2.158, de 2001, que trata da tributação de lucro de controladas e coligadas. Para Oliveira, a norma internacional deve prevalecer, o que afastaria a tributação no Brasil.

O procurador da Fazenda Nacional Rodrigo Moreira alegou que há diversos precedentes sobre o tema no Carf, inclusive da própria empresa, mantendo autuações semelhantes.

Segundo Moreira, o único assunto novo no caso é a conversão de prejuízos. "O argumento (da Petrobras) é de mera conveniência. Sem base nas normas legais e infralegais", afirmou na sessão.

No voto, o relator Abel Nunes de Oliveira Neto afirmou que a tese julgada é conhecida no Conselho - a compatibilidade de tratado internacional com a legislação que impôs tributação de lucros. Em voto rápido, aplicou precedente da Câmara Superior. "Não há incompatibilidade da lei com o tratado", afirmou.

Sobre a tributação do prejuízo registrado nas Ilhas Cayman, o relator considerou que, para a conversão em reais ser justa, deveria ser feita a cada ano, na data do balanço. Por isso, aceitou esse pedido da empresa. De acordo com o advogado da empresa e a PGFN, esse ponto representa uma parte menor da autuação.

Tiago Lemos de Oliveira afirmou que a Petrobras pretende recorrer. A Fazenda Nacional informou que, se houver precedente, a PGFN também recorrerá à Câmara Superior sobre a taxa de câmbio.

Os precedentes da 1ª Turma da Câmara Superior do Carf sobre lucros no exterior são contrários ao pedido da Petrobras. A Turma já manteve algumas autuações em que a Receita exige o pagamento de Imposto de Renda e CSLL sobre o resultado de subsidiária da companhia em outro país. Em 2017 foi julgado caso envolvendo o resultado de subsidiária da companhia na Holanda, a PNBV, em 2009. No ano anterior, a Câmara Superior havia julgado o "leading case", da própria Petrobras e mantido a autuação.

No Judiciário, os contribuintes têm precedente favorável à tese. Em 2014, ao julgar processo bilionário da Vale, a 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) afastou o Imposto de Renda e a CSLL sobre o lucro de controladas na Bélgica, Dinamarca e Luxemburgo, países com os quais o Brasil possui acordos para evitar a bitributação.

O tema é um dos mais relevantes para a Petrobras nas esferas administrativa e judicial. No Formulário de Referência, a empresa já estimou um impacto de R\$ 13,2 bilhões em disputas sobre lucro de controladas e coligadas domiciliadas no exterior.

MME / ASCOM .